

Bisol apresenta na CPI relatório que denuncia esquema paralelo de governo

por Eduardo Hollanda
de Brasília



José Paulo Bisol

As subcomissões de Patrimônio, de emendas do Orçamento e de subvenções sociais da CPI do Orçamento devem apresentar hoje os nomes de parlamentares citados em lista-gem da Construtora Norberto Odebrecht como beneficiários de contribuições em dinheiro, relativas a comissões pagas em troca da apresentação de emendas do Orçamento da União, em benefício de empreiteiras.

O presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), anunciou que o sigilo bancário e fiscal desses parlamentares será "imediatamente quebrado" e que os nomes serão divulgados. A lista de parlamentares ligados à Odebrecht foi uma das descobertas feitas pela Subcomissão de Patrimônio, coordenada pelo senador José Paulo Bisol (PSB-RS), em dezoito caixas, com 40 quilos de documentos, apreendidas pela Polícia Federal na casa do di-

retor da Odebrecht, Aírton Reis, em Brasília.

Bisol fez ontem um relatório à CPI, denunciando a existência de uma organização secreta, reunindo onze empreiteiras, com o objetivo de manipular o Orçamento da União, desde sua elaboração até a execução e liberação dos recursos. O ponto mais traumático do documento é a lista com dezenas de nomes de parlamentares, com menções e percentuais de dinheiro pago, em troca do trabalho

feito para a apresentação de emendas, a sua aprovação e finalmente a influência junto ao Executivo para a liberação do dinheiro.

Na lista, havia menção a vários integrantes da CPI, incluindo-se o seu relator, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE). O deputado, que já foi governador de Pernambuco, chegou a fazer publicamente um desafio, dizendo que daria "um milhão para cada cruzeiro da Odebrecht que encontrarem em meu nome". Mais tarde foi liberada, extra-oficialmente, a informação de que os comentários sobre Roberto Magalhães, na lista, eram exatamente referentes à sua incorruptibilidade.

Membros da CPI que chegaram a ver a lista confirmaram a jornalistas que muitos dos nomes de parlamentares que ali estão constam em outra lista-gem, esta feita pelo ex-assessor da Câmara, José Carlos Alves dos Santos, e divulgada em carta quando de sua tentativa de suicídio. Este jornal tem por norma não divulgar acusa-

ções feitas de modo extra-oficial. A existência, em um mesmo documento, de parlamentares suspeitos de terem recebido contribuições financeiras e outros considerados apenas figuras de destaque no Congresso, e que mereceriam alguma abordagem ou acompanhamento sem nenhuma implicação escusa, terminou por fazer Passarinho decidir, junto com o senador Bisol, o vice-presidente da CPI, Odacir Klein (PMDB-RS), e o relator Roberto Magalhães, que apenas serão divulgados os nomes dos envolvidos com dinheiro. "Quem for mencionado uma vez, ou repetidamente, como beneficiário de dinheiro, terá seu nome imediatamente divulgado após a conclusão do levantamento das subcomissões", afirmou Passarinho.

Junto com a divulgação será determinada a quebra do sigilo bancário e fiscal. Passarinho confirmou que, no caso de membros da CPI, que já estão com o sigilo bancário quebrado, o trabalho de investigação terá "início imediato".